

tão vivo e claro teria obviamente de obrigar a ministra a recuar. Quantos não ficaram abismados quando ouviram, na própria noite de 8 de Março, a seráfica Maria de Lurdes afirmar que não mudaria uma vírgula ao que tinha estabelecido? É de registar que em muitas escolas o processo de avaliação começou entretanto a avançar por pressões do Ministério, colocadas, por exemplo, em relação aos contratados.

Foi esta unidade, esta acção, esta luta dos professores que obrigou o Governo a fazer aquilo que afirmou até ao último momento não fazer, negociar com os sindicatos e ceder.

Como já afirmámos não cedeu a tudo, mas é preciso ter em linha de conta que a tomada de decisão definitiva foi remetida para um período de maior fragilidade do Governo, para uma altura pré-eleitoral em que o preço a pagar pelos ataques aos trabalhadores poderá ser demasiado elevado para o PS e o Governo pensará duas vezes antes de agredir uma camada da população que representa mais de 3% do eleitorado.

Em face disto, e numa perspectiva de futuro, o que deve ser equacionado é, por um lado, a situação em que estariam hoje os professores se não tivesse existido o Memorando de Entendimento e, por outro, a acção reivindicativa presente e futura.

Os professores comunistas consideram que o referido entendimento representa para os professores uma vitória que deve ser capitalizada e não deitada a perder. Para isso devem os docentes prosseguir desde já a luta sem hesitações ou interregnos.



ESTA REVISÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO NÃO PODE PASSAR!

As propostas do Governo do PS/Sócrates de alteração ao Código do Trabalho em discussão na Concertação consagram tudo o que já se adivinhava do Relatório da Comissão do Livro Branco para as Relações de Trabalho e constituem (como constatou de imediato a Comissão Política do PCP) uma autêntica declaração de guerra aos trabalhadores.

Com estas propostas, o Governo vai ao encontro das aspirações do grande capital e do patronato, entregando-lhes de bandeja:

- A **facilitação dos despedimentos sem justa causa**, alargando o conceito de despedimento por “inadaptação”. Num país com mais de 600 mil desempregados, pretende agora o governo a generalização dos despedimentos arbitrários e a transformação dos trabalhadores efectivos em precários.

- A **desregulamentação dos horários de trabalho**, com a criação do “banco de horas” as jornadas de trabalho diárias poderiam ir até às 12 horas sem pagamento como trabalho suplementar, numa proposta que permite a fixação arbitrária de horários e dias de descanso pelas entidades patronais.

- A **redução dos salários** a pretexto da redução dos horários e abrindo a possibilidade dos aumentos salariais não serem aplicados anualmente.

- O ataque à **contratação colectiva** com a proposta de caducidade de todos os CCT's após 18 meses e de todos os direitos neles consagrados. Querem viabilizar a imposição de normas inferiores às definidas no próprio Código do Trabalho, subvertendo um dos princípios fundamentais do direito do trabalho - o princípio do tratamento mais favorável.

Por outro lado, com o conjunto de diplomas para aplicar aos trabalhadores da Administração Pública, o Governo quer nivelar por baixo os direitos e generalizar os vínculos precários.

O Governo tenta esconder o verdadeiro significado destas propostas com uma campanha de propaganda que tem de ser desmascarada:

- As “medidas de combate à precariedade” mais não são que a legalização dos precários e dos falsos recibos verdes a troco de um pequeno aumento da taxa social única dos patrões para a segurança social, ao mesmo tempo que querem baixar essa mesma taxa para os patrões que cumprirem a lei, reduzindo assim as receitas da segurança social.

- O anúncio de algumas medidas pontuais para a protecção da maternidade e paternidade não passarão de falácia se se mantiver o brutal índice de precariedade, os baixos salários, os horários longos, etc.

O custo de vida continua a aumentar muito acima da inflação declarada, só os salários é que não aumentam. Depois dos aumentos da generalidade dos bens e serviços essenciais do início do ano, assistimos agora à escalada nos preços dos bens alimentares.

Basta de exploração!

Com a luta é possível derrotar estas propostas e esta política!

* texto publicado no Boletim da Organização dos Trabalhadores em estruturas sindicais PCP